



O Professor Peter Klein (Universidade de Hamburgo) analisa a madeira do Painel do Infante (março de 2001). O exame levou aquele especialista a escrever: «A análise dendrocronológica torna assim altamente improvável a datação deste último [o políptico] para os anos de 1460 ou de 1470». Contrariou assim o período indicado pelo MNAA para a execução do mesmo: a década de 1470.

turas foram executadas. A indumentária poderia indicar 1440-50 e se, como tem sido suposto, o retrato do Príncipe Henrique o Navegador aparece num dos grupos, esta data seria confirmada. [Em nota de rodapé: «Foi o quarto filho de João I, e viveu entre 1394 e 1460. Ele parece ter cerca de cinquenta anos de idade na pintura»] A maior parte das personagens são claramente retratos, e não seria impossível a um historiador identificá-los».

Ponderando os novos dados avançados em *Os Painéis de Nuno Gonçalves*, pode reconhecer-se que o vaticínio de Cook se cumpriu: o problema era afinal resolúvel.

Retrospectivamente, suspeita-se que a não consideração de uma data tão recuada para a execução do políptico terá constituído ao longo das últimas décadas o maior entrave para a sua compreensão. Adriano de Gusmão, bom conhecedor da nossa Escola de Pintura e, certamente, um dos mais lúcidos críticos da temática, não terá beneficiado desse grau de liberdade intelectual. Assim, confira-se o seguinte juízo feito por este autor: «Prejudicou fundamentalmente toda a sua boa tentativa, ter o Dr. José Saraiva partido do ano de 1445 – que supôs decifrar sob a rubrica do pintor [Gusmão refere um vestígio ilegível abaixo do monograma, sendo este último uma segunda marca autoral aposta na bota de D. Duarte e já reconhecida por José de Figueiredo] – para a identificação das figuras pintadas no Políptico».

Ao não aceitarem *a priori* uma constrição cronológica, imposta por supostos critérios estilísticos – o que poderia denotar falta de sofisticação, se não mesmo ingenuidade – os autores de *Os Painéis de Nuno Gonçalves* beneficiaram da visão fresca que frequentemente é o singelo apanágio dos novatos.

No entanto, quem hoje tentar, ao fim de um século de controvérsias, preservar a limpidez da abordagem de Cook arrisca-se a incorrer em censura académica. Assim, confirmam-se as declarações do Professor Fernando António Baptista Pereira prestadas ao *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, por ocasião do colóquio ‘Nuno Gonçalves, Novas Perspetivas’, organizado em 3 e

4 de dezembro de 2010 pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, em estreita colaboração com a Academia Nacional de Belas-Artes e com o MNAA:

Entrevistador - Mas ficam de fora especulações sobre quem é quem nos painéis...

F. A. Baptista Pereira – Fundamentalmente não se pretende continuar a discutir essas questões que hoje em dia não têm qualquer sentido. Quem está representado, as identificações das personagens, o que é ou não é São Vicente, tudo isso são, para mim, problemáticas do passado. Aliás, todos os investigadores que fazem parte deste colóquio são unânimes em considerar que estamos diante do que resta do retábulo de São Vicente da Sé de Lisboa. Esse é um assunto que não merece polémica.

No decurso desse colóquio, a discussão da inscrição no botim do jovem adolescente, ou foi omisa, ou foi então referida de forma verdadeiramente fugidia, senão mesmo escarnecedora por um ou outro dos académicos intervenientes. Como poderá assim aceitar-se o carácter genuíno do seguinte propósito, recolhido da mesma entrevista?

Entrevistador - Não interessam mais conjecturas, mas olhar a própria pintura?

F. A. Baptista Pereira – É isso mesmo. Não interessa insistir em delírios, mas abordar as questões concretas que estão debaixo dos nossos olhos.

Apesar de o desejo de alguma ortodoxia académica ser, tal como as afirmações acima demonstram, o de aprisionar a discussão da temática dos Painéis dentro de um círculo encantado, a verdade tem força inquebrantável e, mais cedo ou mais tarde, irromperá, forçando o debate a extravasar das baías que lhe têm sido impostas, com a convívência, é forçoso reconhecê-lo, da Cultura institucional portuguesa.

Com efeito, é a Cook que a razão assiste, pois, obviamente, a análise iconográfica do políptico – um retrato de grupo – deve ir de par com a tentativa de identificação das principais personagens nele figuradas. Este designio, que constitui a outra face do desejo de saber o que representa a pintura, permanece tão legítimo em 2016 como em 1909 e

não deve ser considerado risível ou ficar desacreditado pelas tentativas frustradas acumuladas por tantos autores no passado. Além disso, o designio viu a sua viabilidade reforçada pelo reconhecimento da data de 1445. A escassez de fontes iconográficas credíveis (que não a sua inexistência: cf. a iluminura henriquina do Códice de Zurara) impõe que se lhes conceda toda a atenção, em inferências onde a intuição histórica e artística seja disciplinada pelo rigor lógico. E a clareza de propósitos providenciou uma recompensa: a plausibilidade de identificar os filhos de D. João I, aqueles mesmos que Camões designou de «**Ínclita Geração**», entre os principais retratados no políptico.

O assunto dos Painéis não deve ser ‘couth privado’ dos historiadores de arte, tanto mais que o método comparativo, que é a ferramenta essencial da disciplina, teria de revelar-se de difícil aplicação no caso – basta reconhecer que toda a pintura portuguesa do século XV conhecida não consegue preencher as paredes de uma sala de museu. Em compensação, o Políptico de S. Vicente de Fora é um quadro histórico que merece a qualquer estudioso da Idade Média Portuguesa uma análise tão aturada como a das Crónicas de Fernão Lopes, de Zurara ou de Rui de Pina. Algumas das mais certas considerações sobre os Painéis foram feitas por ensaístas ou por historiadores, que não de arte: José Saraiva era um professor de História, fascinado pela possibilidade de que o grande Fernão Lopes figurasse no políptico; o seu filho António José Saraiva era um historiador da Cultura (merece leitura o seu curto texto de 1988, ‘Os Painéis Enigmáticos’); Vitorino Magalhães Godinho inseria-se numa corrente historiográfica próxima da Sociologia; Jorge de Sena era um universalista. Nenhum deles se refugiou no seu *hortus inclusus*. Afoitos, de espírito livre, todos deram contributos interessantes para a Questão do Painéis que, não sendo o ‘umbigo’ da História da Arte Portuguesa, é, contudo, um assunto suficientemente central da nossa Cultura para exigir um tratamento esclarecido.

Este é o segundo texto, de uma série de três, sobre os Painéis de Nuno Gonçalves.